

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Carvão do Brasil (D.F.) Class.: 25

Data 9 de maio de 1987 Pg.: _____

**Funai processa cineasta
que não pagou aos índios**

A Fundação Nacional do Índio entrou, ontem, com uma ação ordinária de cobrança na 37ª Vara Civil do Rio de Janeiro contra a Produções Cinematográficas Mapa Ltda, que não pagou os direitos autorais aos indígenas participantes do filme "Avaeté", do cineasta Zelito Viana, premiado em vários festivais nacionais e internacionais. Caso não pague o que é devido aos silvícolas, o cineasta poderá ter a sua película apreendida, segundo informou o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, para quem a questão do direito cultural dos indígenas deve ser encarada com a maior seriedade.

O valor da causa foi fixada em Cz\$ 535.420,00, além do pagamento de cinco por cento dos rendimentos já auferidos nos contratos de exibição. Visando resguardar o patrimônio indígena, a

Funai também solicitou a sustação de outros contratos de exibição. De acordo com o procurador-geral da Funai, Ronaldo Montenegro, responsável pela causa, o filme foi feito de forma totalmente ilegal, ferindo os direitos dos índios Rikbatsa.

Ele explicou que, "de maneira amigável", a fundação tentou resolver a questão com o produtor Zelito Viana que, no entanto, não respondeu aos acenos da Funai. Para o procurador-geral, o cineasta desrespeitou as Leis 6.533 (regulamentação das profissões de artista e técnico em espetáculo de diversões), 5.988 (direitos autorais) e 6.001 (Estatuto do Índio).

A Fundação Nacional do Índio, por determinação do presidente Romero Jucá Filho, tomou a iniciativa de buscar o recurso judicial uma vez que os próprios integrantes da reserva in-

dígena Rikbatsa solicitaram providências a fim de que a comunidade receba integralmente o pagamento do valor correspondente aos direitos autorais e conexos relativos ao filme "Avaeté - Semente de Vigança". A Funai teve ainda o cuidado de anexar aos autos do processo a lista dos índios que trabalharam nas filmagens e os respectivos "pagamentos" que, de acordo com o procurador-geral Ronaldo Montenegro, "nem simbólicos podem ser considerados, parecendo mais brincadeira de mau gosto ou peça de humor negro".

A Fundação Nacional do Índio remeteu recentemente ao Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) fotocópia de processo administrativo tendo o CNDA concluído que o filme foi feito "sem qualquer autorização legal".